

PARA ONDE VAI O PRECARIADO

BRASILEIRO?

SINDICALISMO E HEGEMONIA
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Ruy Braga¹

Após dois anos de raquitismo econômico, como interpretar o elevado patamar de popularidade do governo federal? Em seus *Cadernos do Cárcere*, Antonio Gramsci propôs que aquele que deseja interpretar a vida política nacional precisa apreender os movimentos “orgânicos” e “conjunturais” em sua unidade contraditória, isto é, como duas faces de uma mesma moeda. Assim, movimentos conjunturais transformam-se em atualizações de processos orgânicos, em seu “vir a ser” saturado de múltiplos sentidos. Recorro a Gramsci a fim de esboçar uma hipótese para o enigma da existência de uma robusta aprovação popular em um frágil contexto econômico: a popularidade de Dilma Rousseff explica-se pela capacidade de a presidente associar seu governo à “utopia brasileira”.

Explico-me: do ponto de vista das classes subalternas, como bem demonstrou o sociólogo Adalberto Cardoso (2010), nossa industrialização fordista ocorreu sob o signo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Com a CLT, o regime varguista criou um campo legítimo de disputas, rapidamente ocupado pelo *proletariado precarizado*. Após a Segunda Guerra Mundial, alguns milhões de trabalhadores migrantes, atraídos pela possibilidade de proteção trabalhista, assim como pelos novos empregos industriais, deixaram o campo e as pequenas cidades do interior, acantonando-se nas periferias das grandes metrópoles.

Símbolo desse processo, a carteira de trabalho passou a evocar a promessa da cidadania salarial: ao progresso material iria se somar a proteção do trabalhador. No entanto, a simples existência de leis trabalhistas jamais garantiu a satisfação dessa expectativa histórica. Ao contrário, desde os anos 1940, as classes subalternas mobilizam-se ininterruptamente a fim de garantir, efetivar e ampliar seus direitos da cidadania previstos na lei. Por isso, não me parece exagerado afirmar que, no Brasil, em grande medida, a consciência da classe trabalhadora confunde-se com a consciência do direito a ter direitos. Uma forma de subjetividade que, não sem conflitos, é verdade, há décadas tem sido elaborada pelo sindicalismo no país².

Para interpretarmos a dinâmica sindical em um país com as características do Brasil, é necessário levar em consideração três fatores. Em primeiro lugar, o modo de *reprodução do capitalismo tardo-periférico*, que se desenvolveu de maneira associada e dependente de investimentos estrangeiros oriundos do mercado mundial, e que por isso mesmo tende a bloquear concessões materiais aos trabalhadores, perpetuando as condições de produção do trabalho barato. Em seguida, a *estrutura sindical corporativa*, que, em termos práticos, transformou a maioria dos dirigentes sindicais em funcionários públicos de segunda categoria responsáveis por administrar e promover políticas assistencialistas. E, finalmente, a marcante presença de um amplo contingente de *trabalhadores informais, jovens, desqualificados – ou semiquualificados –, sub-remunerados, inseridos em ocupações degradantes e submetidos a altas taxas de rotatividade do trabalho*. Chamamos esse setor da classe trabalhadora brasileira de “preariado”³.

O enigma do precariado

Na realidade, existem muitas interpretações sobre o significado de precariado. Na Europa, por exemplo, tendo em vista o aprofundamento da crise econômica, o recuo da proteção social e o explosivo aumento do desemprego juvenil, é mais comum observarmos essa palavra associada à emergência

das chamadas “novas classes perigosas”, para usarmos a expressão de Guy Standing⁴. De acordo com este autor, o precariado seria formado por aqueles grupos sociais mais vulneráveis e empobrecidos, jovens desempregados ou subempregados, cada dia mais distantes dos direitos sociais ou das políticas de bem-estar das próprias empresas e, por isso mesmo, inclinados a abraçar soluções populistas autoritárias e/ou xenofóbicas. Assim, o precariado seria o produto do colapso do compromisso fordista que prevaleceu na Europa ocidental até meados da década de 1990 e garantiu um equilíbrio entre ganhos salariais e proteção social – ao menos para os trabalhadores, brancos, masculinos, nacionais, adultos e sindicalizados.

Por diferentes razões, considero esta noção – e algumas de suas variantes, como a ideia muito popular em Portugal de associar o precariado à juventude qualificada e subempregada, por exemplo – teoricamente inadequada⁵. Em vez de mostrarem-se ressentidos contra os imigrantes, os setores mais jovens mostram-se claramente inclinados a enfrentar as políticas de austeridade da “Troika” (União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) por meio de mobilizações que procuram defender os direitos universais. Vejam os casos de Portugal, Espanha e Grécia, por exemplo.

Por outro lado, e este é o ponto que gostaria de destacar, percebo um problema analítico bastante sério na interpretação daqueles que afirmam o seguinte: bem, antes do Tratado de Maastricht e da atual crise econômica, não havia um “precariado” na Europa ocidental, pois uma ampla rede de proteção social afiançava a incorporação dos trabalhadores por meio de políticas públicas de pleno emprego. Segundo esse tipo de interpretação, o colapso final do modelo de desenvolvimento fordista europeu teria produzido essa “nova classe” permeável às soluções autoritárias etc. Na realidade, este estilo de análise tende a obnubilar a percepção da reprodução – mesmo no auge do fordismo, na Europa ocidental e nos Estados Unidos – da ampla camada de trabalhadores precarizados formada sobretudo por jovens imigrantes não sindicalizados e não brancos⁶.

A fim de superar esses problemas analíticos, decidi “ressignificar” o conceito de “precariado” criado pela sociologia do trabalho europeia (Standing, Castel, Paugam etc.), atribuindo-lhe dois outros significados: um *realista* e apoiado na inserção sócio-ocupacional do proletariado precarizado, isto é, aqueles trabalhadores que, pelo fato de não possuírem qualificações especiais, entram e saem muito rapidamente do mercado de trabalho⁷. Em minha opinião, o precariado é, em primeiro lugar, aquele setor da classe trabalhadora pressionado de forma permanente pelo aumento da exploração econômica e pela ameaça da exclusão social. Por outro lado, busquei compreender de

modo *construtivista* a formação da consciência de classe do precariado brasileiro em condições capitalistas periféricas por meio da análise de sua práxis política desde o período da industrialização fordista no país até a atual hegemonia lulista.

Essa resignificação do conceito de precariado é útil para compreendermos que a reprodução do capitalismo tardo-periférico brasileiro promoveu o avesso dialético do consentimento operário à exploração econômica, isto é, a *inquietação social*. Sugerimos que a apreensão do comportamento político do proletariado precarizado deve considerar tanto a relação deste com o regime de acumulação pós-fordista e financeirizado quanto com o atual modo de regulação lulista. A partir daí, devemos ser capazes de articular o realismo da inserção desses grupos precarizados na estrutura social com o construtivismo do amadurecimento de sua experiência de mobilização coletiva em diferentes contextos históricos do desenvolvimento da consciência de classe. Assim, concluímos que a condição que melhor traduz o proletariado precarizado hoje no país é a *inquietação social*.

Teleoperadores: um retrato do precariado brasileiro

Esta conclusão adveio do estudo de caso da indústria paulistana do *call center* ao longo da segunda metade da década de 2000⁸. De fato, esse foi o setor que na última década mais acolheu trabalhadores, em especial mulheres não brancas e jovens oriundos da informalidade, garantindo-lhes acesso aos direitos sociais, além de alguma qualificação técnica. No Brasil, a indústria do *call center* formou-se apenas recentemente: na realidade, 96% das centrais de teleatividades brasileiras foram criadas após 1990, e 76% a partir de 1998, ano da privatização do sistema Telebrás e auge do neoliberalismo no país. Entre 1998 e 2002, o número de ocupados no setor cresceu a uma taxa anual de 15%, e dados do Ministério do Trabalho indicam que, durante o governo Lula, essa taxa aumentou para 20% ao ano, acumulando uma variação de 182,3% entre 2003 e 2009. Ao somar as centrais de teleatividades terceirizadas e as próprias, a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT), entidade que representa as principais companhias de *call center*, estima que, em 2012, mais de 1,4 milhão de trabalhadores estariam empregados no setor.

Esse crescimento transformou o setor de *call center* na principal porta de entrada para os jovens no mercado formal de trabalho do país, além de criar a segunda e a terceira maiores empregadoras privadas brasileiras, respectivamente as companhias Contax (78.200 funcionários) e Atento (76.400

funcionários). Em suma, nascido do processo de desconstrução neoliberal do antigo sistema de solidariedade fordista, experimentando o aumento da concorrência e da fragmentação vivido pelos novos grupos de trabalhadores, o número de teleoperadores no país cresceu em um ritmo acelerado durante os dois mandatos de Lula da Silva. Resultado do amadurecimento de um novo regime de acumulação pós-fordista no país, os *call centers* brasileiros alimentam-se desse vasto contingente de trabalhadores jovens, especialmente mulheres e negros, em busca de uma primeira oportunidade no mercado formal de trabalho.

Os baixíssimos salários praticados no setor acompanham a pouca qualificação: após um treinamento básico, o teleoperador – ainda não proficiente – é colocado na Posição de Atendimento (PA), necessitando ficar atento aos procedimentos utilizados pelos colegas mais experientes para alcançar suas metas de vendas ou de número de atendimentos. Em nossa pesquisa de campo, pudemos registrar por meio de entrevistas que esse tipo de situação acrescenta uma importante carga de estresse nos primeiros meses de trabalho do teleoperador, até que ele se sinta habituado ao produto. Exatamente porque a indústria de *call center* não necessita, em termos gerais, de uma força de trabalho qualificada, as empresas beneficiam-se de um regime de relações de trabalho apoiado sobre elevadas taxas de rotatividade.

Aliás, o ciclo ao qual o trabalhador está submetido é bastante conhecido pelas empresas: em geral, o teleoperador necessita de dois a três meses de experiência para se tornar proficiente no produto. Trata-se, como observado, de um período estressante, pois o desempenho exigido dificilmente é alcançado pelo trabalhador ainda inexperiente. Após esses primeiros meses, o teleoperador encontra-se apto a alcançar as metas: advém um período de, aproximadamente, um ano, ao longo do qual ele obtém certa satisfação residual em razão do domínio do produto. É o momento em que o teleoperador apresenta seu melhor desempenho, sendo reconhecido pela empresa por meio de brindes, da escolha de destaque da semana, com foto na parede, de pequenas festas ao final da jornada de trabalho etc. Para tanto, é usual observarmos equipes formadas pela empresa contratante atuando junto às operações e especializadas em promover atividades motivacionais.

Uma característica importante do ciclo do teleoperador capaz de lançar alguma luz sobre o período em que ele alcança a *satisfação residual* diz respeito ao trabalho em equipe, predominante no setor, e que se impõe como uma necessidade do sistema de metas. Assim, existem metas individuais, do grupo e de toda a operação. A parte variável do salário do teleoperador é composta pela soma desses diferentes níveis. Logo, o funcionamento do sistema de me-

tas tende a reforçar a solidariedade no interior do grupo de trabalho, emulando o trabalhador. Além disso, tendo em vista a grande concentração de jovens e mulheres no telemarketing, é muito comum a formação de “panelinhas”, pequenos grupos de jovens que se conhecem no trabalho, mas que também se encontram nas folgas, compartilhando hábitos de lazer e de consumo. Relatos de viagens e de passeios com colegas de trabalho são frequentes. Durante as entrevistas com teleoperadoras, ficou patente a importância desses vínculos de amizade tanto para o sucesso das metas quanto para o desejo de permanecer na empresa ou na mesma operação.

No entanto, o endurecimento das metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos coordenadores de operação, os baixos salários e a negligência por parte das empresas em relação à ergonomia e à temperatura do ambiente promovem o adoecimento e alimentam o desinteresse pelo trabalho⁹. Nessa fase, o teleoperador deixa de “dar resultado”, sendo então demitido e substituído por outro, que recomeçará o mesmo ciclo. Devido à horizontalização hierárquica promovida pelos sistemas informacionais, as oportunidades de ascensão vertical no setor são escassas. Normalmente, o teleoperador insatisfeito deseja ser transferido para uma operação considerada mais fácil ou rentável – em termos da parte variável do salário –, ascender à supervisão ou ser promovido para alguma função associada ao controle de qualidade. Em poucos casos, os salários são de fato incrementados ou as condições de trabalho modificam-se de forma acentuada. A via da demissão é bastante usual.

Evidentemente, a rotatividade produziu um acentuado descontentamento entre os teleoperadores entrevistados, em especial entre os mais experientes: a despeito de seus notáveis esforços individuais em ascender profissionalmente – seja frequentando uma faculdade particular noturna (quase um terço do total de teleoperadores de nossa amostra declarou estar cursando o ensino superior), seja pelas tentativas de progredir para funções superiores no interior da própria empresa –, em raras ocasiões os teleoperadores lograram aumentar significativamente seus salários ou incrementar suas condições de trabalho. Afinal, como poderia ser diferente? Conforme mencionado anteriormente, durante a última década, 94% dos empregos formais pagavam até 1,5 salário mínimo... O descontentamento observado durante as entrevistas só não foi maior porque o setor está em constante renovação, por meio da chegada de importantes contingentes de trabalhadores jovens em busca do primeiro emprego no mercado formal.

De fato, para muitas teleoperadoras entrevistadas, a sensação de progresso ocupacional encontra-se fortemente associada à transição da informalidade para a formalidade. Durante nossa pesquisa de campo, entrevistamos inúmeras jovens teleoperadoras filhas de empregadas domésticas que clara-

mente identificaram no contraponto ao trabalho doméstico – destituído de prestígio, desqualificado, sub-remunerado e incapaz de proporcionar um horizonte profissional – a principal razão de terem buscado a indústria do *call center* em vez de seguirem os passos das mães, mesmo quando a diferença salarial era favorável ao trabalho doméstico.

No telemarketing, essas jovens perceberam a oportunidade tanto de 1) alcançar direitos trabalhistas quanto 2) de terminar a faculdade particular noturna que o trabalho doméstico, devido à incerteza dos horários, assim como à baixa intensidade dos direitos, é incapaz de prover. Assim, não é surpresa que a insatisfação na indústria de *call center* seja relativamente controlada pela contratação preferencial de certo “perfil” de trabalhador: com uma taxa de participação feminina na força de trabalho gravitando em torno de 70%, além de uma alta ocorrência de afrodescendentes, é possível dizer que o grupo brasileiro de teleoperadores é formado em sua maioria por jovens mulheres não brancas recém-saídas da informalidade. Ou seja, trata-se daquela camada de trabalhadores que historicamente tem ocupado as piores posições no mercado de trabalho brasileiro, além de chefiar 80% das famílias monoparentais do país.

No entanto, o acúmulo de experiências com o infotaylorismo e com o regime de mobilização permanente da força de trabalho faz com que esses trabalhadores desenvolvam comportamentos críticos em relação às empresas. Apesar das dificuldades estruturais à organização coletiva impostas pela indústria de *call center*, a partir especialmente de 2005 verifica-se um progressivo aumento do nível de atividade sindical no setor.

O movimento sindical na periferia capitalista

Eis nossa hipótese: o atual modelo de desenvolvimento brasileiro apoia-se em condições precárias de trabalho que alimentam um estado de inquietação social dos subalternos. Isso sem falar nos baixos salários e no crescente endividamento das famílias trabalhadoras. Não se trata de uma novidade histórica, afinal, ao longo de todo o ciclo da industrialização fordista periférica no país (1950-1980), trabalhadores submetidos a condições precárias de trabalho e de inserção urbana mobilizaram-se politicamente a fim de alcançar e efetivar a promessa dos direitos da cidadania, ocupando terras urbanas e rurais, participando de greves consideradas “ilegais” pelo Estado, enfrentando a polícia e, naturalmente, pressionando o movimento sindical oficial a incorporar suas demandas¹⁰.

De fato, trata-se de um traço muito característico do funcionamento do capitalismo na periferia, mas que tem igualmente avançado nos países

capitalistas centrais. No Brasil, país de passado colonial e escravocrata, a dificuldade de formação de poupança interna para investimento de capitais é conhecida. No século XX, a estrutura social brasileira cresceu muito, mas de maneira associada e dependente, tanto em termos de capitais como de tecnologias. Esquemáticamente, isso promoveu dois efeitos econômicos bastante conhecidos: por um lado, o capital que entra na produção – tendo em vista a divisão internacional do trabalho plasmada pela mundialização da tripartição fordista entre concepção, fabricação e montagem – tende a se concentrar na manufatura semi-qualificada, que paga baixos salários, e, por outro, a economia como um todo expatria muito capital rumo aos países centrais onde ficam as sedes das principais multinacionais.¹¹

A financeirização da economia que se intensificou com o plano Real (1994) piorou ainda mais essa situação ao atrair, por meio de juros estratosféricos, sobretudo, o capital financeiro de curto prazo interessado principalmente em financiar a dívida pública. A indústria de transformação desnacionalizou-se e regrediu, esmagando ganhos de produtividade e acentuando o chamado efeito “dependência” da estrutura social.¹²

Ao mesmo tempo, a industrialização fordista foi acompanhada pela institucionalização de direitos sociais e trabalhistas, que, em um contexto econômico marcado pela relativa incapacidade de empresas pagarem bons salários ou aceitarem concessões materiais aos trabalhadores, demarcou um campo legítimo para as lutas sindicais. No entanto, essa mesma dinâmica de reconhecimento dos conflitos trabalhistas acabou por reforçar a tutela do Estado sobre os sindicatos, transformando o movimento sindical brasileiro, para empregarmos uma conhecida expressão de José Albertino Rodrigues, em fator de mudança e de imobilismo ao mesmo tempo.

Em suma, um movimento sindical pressionado por bases sociais submetidas a baixíssimos salários, condições de trabalho degradantes e pouca proteção social, foi obrigado a negociar com as empresas e com o governo pequenas concessões materiais a fim de responder à pressão social dos “de baixo”. Ao mesmo tempo, o sindicalismo brasileiro foi incapaz de ultrapassar os limites da estrutura sindical corporativa, pois, basicamente, dependia – e ainda depende – da chancela do Estado para se reproduzir. Dessa forma, a despeito de assimilar tensões que o impulsionam rumo à inovação, é possível afirmar que o movimento sindical brasileiro tem desempenhado predominantemente a função de agente moderador das demandas dos trabalhadores.

O ciclo grevista de 1978-1980 no ABC paulista pareceu romper com esse padrão. Afinal, as lideranças políticas do “novo sindicalismo”, tendo Lula

da Silva à frente, foram presas pela ditadura militar, e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo passou por uma intervenção do regime. Em termos globais, podemos dizer que houve uma clara descontinuidade da relação da estrutura sindical com o movimento dos trabalhadores.¹³. No entanto, é necessário considerar que essa descontinuidade foi efêmera, e logo a burocracia sindical de São Bernardo voltou a se reconciliar com a estrutura oficial, isto é, com o aparelho de Estado brasileiro, do qual é um produto.

Em retrospectiva, é possível perceber que a rebeldia demonstrada no final dos anos 1970, era menos da burocracia sindical – que, digamos claramente, nunca desejou nem promover nem liderar greves –, do que das próprias bases metalúrgicas, sobretudo, daquele grupo formado pelos setores mais dominados e explorados das fábricas, isto é, os “peões”. Ao analisarmos a formação, a transformação e a precipitação da insatisfação operária com os salários e as condições de trabalho no ABC, concluímos que os peões do ABC explicam a liderança de Lula, mas Lula não explica a rebeldia e o ativismo dos peões do ABC.

No entanto, durante aproximadamente duas décadas, Lula da Silva encarnou em termos práticos aquela pulsão plebeia reformista alimentada por um movimento social florescente, que buscou institucionalizar direitos da cidadania e cuja origem social pode ser bem localizada naquilo que Antonio Gramsci chamou de “bom senso” popular. A burocracia sindical liderada por Lula da Silva alinhou-se a esse *instinto* de classe, orientando-se por essa pulsão plebeia que deita profundas raízes na forma como as relações de produção capitalistas reproduzem-se no Brasil. Daí sua popularidade, como liderança sindical e como político profissional, fator naturalmente de grande valia para sua vitória na eleição presidencial de 2002. Desde então, apoiando-se em uma conjuntura econômica marcada pelo crescimento e fortalecendo progressivamente políticas públicas redistributivas, o governo de Lula da Silva soube legitimar o processo de “fusão” da alta burocracia sindical com o aparelho de Estado iniciado em meados da década de 1990, consolidando aquilo que podemos chamar de “hegemonia lulista”, isto é, uma relação social de dominação apoiada sobre a articulação entre o consentimento passivo dos setores populares ao consentimento ativo das direções dos movimentos sociais.

Limites da hegemonia lulista

Na realidade, parece-me que o sucesso dos governos de Lula da Silva se deve-se, sobretudo, à combinação do momento econômico favorável com a consolidação de, – para utilizarmos a expressão popularizada pelo cientista político André Singer –, um “reformismo fraco” que alimenta essa relação

social hegemônica.¹⁴ Ou seja, a combinação de crescimento econômico com desconcentração de renda entre aqueles que vivem do trabalho tornou-se muito sedutora para o precariado brasileiro. E, em especial, levando-se em consideração a atual crise econômica internacional, na qual predomina forte tendência ao aumento das desigualdades. E, de fato, sabemos que durante os governos de Lula da Silva, 2,1 milhões de empregos formais foram criados no país todos os anos. No entanto, desses 2,1 milhões de empregos formais, 2 milhões remuneram até 1,5 salário mínimo.¹⁵

Em nossa opinião, a desconcentração de renda promovida pela combinação entre políticas públicas redistributivas, crescimento econômico e formalização do mercado de trabalho garantiu a absorção daquela massa de trabalhadores pobres que não é capaz de poupar e que transforma todo o dinheiro que entra na base da pirâmide salarial em consumo. Assim, assistimos a um ciclo de progresso material que apresenta limites muito precisos: o mercado de trabalho brasileiro tem demonstrado sérias dificuldades de oferecer empregos mais qualificados do que aqueles facilmente encontrados, por exemplo, no setor de serviços pessoais ou na construção civil. Além disso, as condições de trabalho estão se tornando mais degradadas, com o aumento da taxa de rotatividade e de flexibilização do emprego, bem como o aumento do número de acidentes de trabalho no país.

Assim, parece-me mais ou menos claro que, conforme a experiência política da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento aprofunda-se, mais problemático se torna o controle do movimento sindical sobre a inquietação das bases com baixos salários, deterioração das condições de trabalho e aumento do endividamento das famílias trabalhadoras. Na realidade, desde 2008, o movimento sindical percebeu esta inquietação e vem promovendo greves e paralisações, ainda que as lideranças sindicais lulistas não desejem encabeçar movimentos parадistas nacionais, (como o dos bancários e dos ecetistas, por exemplo), pois estes invariavelmente atingem o governo federal.¹⁶

Comparar o comportamento operário atual com aquele do fordismo clássico implica reconhecer uma mudança muito acentuada no perfil da classe trabalhadora brasileira: hoje em dia, existem mais mulheres trabalhando e a escolaridade aumentou, ao ponto de o diploma de ensino médio ter se transformado em um critério mínimo para a entrada no mercado de trabalho.¹⁷ Além disso, não devemos negligenciar o impacto que a transformação do padrão de consumo mundializado causou sobre as diferentes disposições sociais dos trabalhadores. Na realidade, a soma do desmanche das formas de solidariedade fordista promovida pela empresa neoliberal com o avanço

do padrão de consumo pós-fordista estimulado pela globalização econômica promoveu um avanço sem precedentes da individualização do comportamento da classe trabalhadora no país.

De fato, os anos 1990 foram muito difíceis para o movimento sindical brasileiro, em especial, se pensarmos na conjuntura econômica marcada pelo desemprego de massas. As empresas promoveram um acelerado ciclo de reestruturação produtiva que terceirizou, flexibilizou e precarizou o trabalho. Dois efeitos sobre o movimento sindical são mais salientes: trata-se do recuo nas taxas de sindicalização e do desmanche do militantismo de base em favor de um pragmatismo de cúpulas sindicais. Progressivamente, o movimento sindical foi abandonando a organização de suas bases nos locais de trabalho em favor de um projeto político orientado pela eleição de seus dirigentes a cargos políticos.

A eleição de Lula da Silva em 2002 coroou esse movimento. A tese muito comentada, mas nunca totalmente assumida pelos sindicalistas lulistas, era de que somente com a conquista do governo federal o movimento trabalhista iria readquirir sua força para enfrentar as empresas em benefício dos trabalhadores. No entanto, esses dirigentes foram absorvidos pelo aparelho de Estado e pelos fundos de pensão, transformando-se em verdadeiros administradores do investimento capitalista no país.¹⁸ Ou seja, isso quer dizer que eles não representam mais os interesses históricos dos trabalhadores, mas, sim, os interesses particulares de uma burocracia sindical que rapidamente está se transformando em uma nova burguesia de Estado. Esse tipo de “transformismo” social, tende a afastar as antigas lideranças sindicais absorvidas pelas funções administrativas das demandas provenientes do ativismo de bases formadas, sobretudo, pelo proletariado precarizado. Eis o campo de tensão ente o regime de acumulação e o modo de regulação. Em outra oportunidade, argumentamos que a reprodução das condições estruturais da produção do trabalho barato é um traço característico do regime de acumulação brasileiro.¹⁹

Por isso, o tardo-capitalismo periférico não pode prescindir de altos níveis de informalidade e de precarização, que asseguram a sub-remuneração da mercadoria força de trabalho. Assim, o precariado se vê obrigado a mobilizar-se politicamente, mesmo que à revelia dos sindicatos, a fim de assegurar as condições mínimas de sua própria reprodução. No Brasil, como a margem para concessões materiais aos trabalhadores é muito reduzida devido ao modelo de industrialização, mesmo demandas sociais tão elementares, como cumprir a lei do salário-mínimo, podem levar a uma dinâmica de radicalização social que politiza rapidamente esses setores.

Por ser uma relação histórica, evidentemente, a práxis política do precariado do período fordista não é a mesma da atual; tanto demandas quanto sujeitos políticos diferem nitidamente. No entanto, o Brasil ainda é um país com certas características estruturais que nos levam a concluir que a formação, na década de 1950, daquele instinto de classe pode ajudar a compreender a atual dinâmica dos conflitos laborais, em especial aqueles protagonizados em 2011 e 2012 pelo precariado da construção civil e da indústria dos serviços. A despeito do ritmo lento, velocidade esta em boa parte explicada pela relativa falta de interesse do sindicalismo lulista em mobilizar os trabalhadores, o atual ciclo de greves e paralisações nos canteiros de obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e na indústria da construção civil das regiões Norte e Nordeste, assim como as greves bancárias, dos trabalhadores dos correios e dos professores do ensino fundamental, não deixa dúvidas a respeito do aumento do apetite sindical do precariado brasileiro.

Considerações finais

Em suma, entre 2003 e 2012, assistimos no Brasil a um ciclo de desconcentração de renda entre os que vivem dos rendimentos do trabalho que, no entanto, apresenta limites precisos: o mercado de trabalho brasileiro tem notórias dificuldades de criar empregos mais qualificados do que aqueles facilmente encontrados, por exemplo, no setor de serviços ou na construção civil. As condições de trabalho estão se deteriorando, com o aumento da taxa de rotatividade e da flexibilização do emprego, além do aumento do número de acidentes de trabalho no país. Assim, parece-nos mais ou menos claro que, conforme a experiência social da classe trabalhadora brasileira com o atual modelo de desenvolvimento se aprofunda, mais problemático se torna o controle, pelo movimento sindical, da inquietação das bases com os baixos salários, a deterioração das condições de trabalho e o aumento do endividamento das famílias trabalhadoras.

Na realidade, a partir de 2008, o número de greves vem aumentando ano após ano, alcançando, em 2011, o mesmo patamar do final dos anos 1990. Se essa tendência vai ser mantida ou não, é difícil prever. No entanto, é provável que, em um contexto marcado pela desaceleração do crescimento com pressão inflacionária, a atividade grevista deva se intensificar, pois a relação do precariado com o atual modelo é ambígua: por um lado, há certa satisfação com a formação de um mercado de consumo de massas, em especial de bens duráveis. No entanto, os salários continuam baixos, as condições de trabalho muito duras, e o endividamento das famílias trabalhadoras cresce.

Apesar disso, a capacidade do governo federal de alimentar a esperança dos trabalhadores na utopia brasileira ainda não foi seriamente desafiada. Apesar do desempenho econômico, o governo de Dilma Rousseff tem logrado reproduzir a principal característica do atual regime hegemônico: a unidade entre o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais e o consentimento passivo das classes subalternas. Vale observar que o adjetivo “passivo” qualifica o substantivo “consentimento”, e não os próprios subalternos; estes continuam agindo politicamente, mas sem um projeto autônomo. Em termos globais, o proletariado precarizado permanece apoiando o atual modo de regulação. Até o momento, a elevação do número de greves ainda não foi capaz de ameaçar a estabilidade desse regime. E a lembrança ainda vívida de uma década de 1990 marcada pelo antípoda da utopia brasileira, isto é, pelo desemprego de massas, desestimula o desejo dos trabalhadores de buscar alternativas oposicionistas.

Ao fim e ao cabo, nosso argumento é de que este precariado está inquieto, isto é, percebe que o atual modelo promoveu um progresso material, mas começa a concluir que este progresso é transitório. Em síntese, se quisermos ter um quadro mais preciso a respeito da atual condição proletária no país, faz-se necessário concentrarmo-nos na globalidade (e nos limites) da reprodução do atual modelo de desenvolvimento, e não apenas na natureza redistributiva da regulação lulista. Assim, seremos capazes de interpretar com mais precisão tanto a aparente “satisfação” dos subalternos como o ciclo de mobilizações operárias que começa a se insinuar no país.

RESUMO

O atual modelo de desenvolvimento brasileiro logrou promover a adesão dos grupos mais empobrecidos de trabalhadores às políticas públicas do governo federal. Os índices de aprovação popular da presidente Dilma Rousseff apontam nessa direção. No entanto, desde 2008, ao menos, o número de greves tem aumentado continuamente no país. Muitas dessas greves protagonizadas pelo proletariado precarizado aconteceram em setores diretamente ligados ao governo federal, como as ocorridas nos canteiros de obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Como interpretar esse fenômeno social ambivalente? Nosso argumento é de que o proletariado precarizado brasileiro, isto é, o “precarizado”, se encontra socialmente inquieto em relação ao atual regime de acumulação. E este estado de inquietação social é o responsável por alimentar a atual mobilização grevista.

PALAVRAS-CHAVE

Proletariado; precarização do trabalho; sindicalismo; hegemonia.

ABSTRACT

The current Brazilian development model managed to promote adhesion of the poorest groups of workers to the public policy of the federal government. The high popular approval ratings of President Dilma Rousseff prove it. However, since 2008, the number of strikes has increased steadily in Brazil. Many of these strikes pushed by the precarious proletariat occurred in sectors directly linked to the federal government such as the strikes in the beds of the works of the Growth Acceleration Plan (PAC), for example. How to interpret this ambivalent social phenomenon? Our argument is that: Brazilian precarious proletariat, ie, the “precariat”, is socially uneasy about the current regime of accumulation. And this state of social unrest feeds the current strike movements.

KEYWORDS

Proletariat; work precariousness; syndicalism; hegemony.

NOTAS

¹ Professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, autor do livro *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. Contato do autor: ruy.braga@uol.com.br.

² Ver OLIVEIRA, Francisco de.; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

³ Ver BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁴ Ver STANDING, Guy. *The Precariat: The New Dangerous Class*. Londres: Bloomsbury, 2011.

⁵ Ver MATOS, José Nuno.; DOMINGOS, Nuno.; KUMAR, Rahul. *Precários em Portugal: entre a fábrica e o “call center”*. Lisboa: Edições 70, 2011.

⁶ Além disso, essa interpretação extrai artificialmente a precariedade inerente à mercantilização do trabalho da relação salarial “canônica”, isto é, a relação salarial fordista. Ver CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998; e PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: Presses Universitaires de France, 1991.

⁷ Além disso, devemos acrescentar jovens trabalhadores à procura do primeiro emprego, indivíduos que estão na informalidade e desejam alcançar o emprego formal

– além de trabalhadores sub-remunerados e inseridos em condições degradantes de trabalho.

⁸ Ver BRAGA, *oOp. cit.*;

⁹ Ver PENA, Paulo Gilvane Lopes;, CARDIM, Adryanna; e ARAÚJO, Maria da Purificação N. “Taylorismo cibernético e Lesões por Esforços Repetitivos em operadores de telemarketing em Salvador-Bahia”. *Caderno CRH*, vol. 24, nº. 1, 2011.

¹⁰ Ver CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

¹¹ Ver LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

¹² Ver PAULANI, Leda. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. São Paulo: Boitempo, 2008.

¹³ ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

¹⁴ Ver SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁵ Ver POCHMANN, Marcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social*. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹⁶ Ver AMORIN, Wilson. “As greves de 2011 e 2012”. *Temas de Economia Aplicada*, São Paulo, Fipe, fevereiro de 2012.

¹⁷ Ver dados citados por POCHMANN, *op. cit.*

¹⁸ Ver OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica da razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.